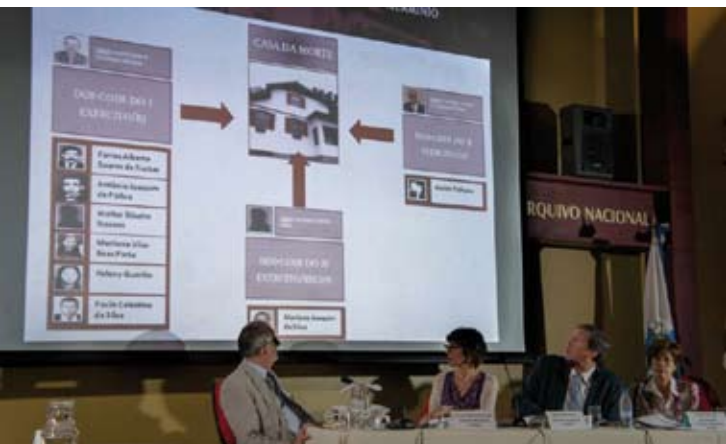


# CACOFONIA INACABADA, OS FINS E O FIM DE UMA DITADURA (1964-1985)

Marcos Silva

Professor do Departamento de História da FFLCH-USP

CNV



Tenente-coronel Paulo Malhões, principal responsável direto pela Casa da Morte de Petrópolis, em depoimento à Comissão Nacional da Verdade. No destaque, apresentação feita na mesma audiência (25/3/2014)



“No governo Costa e Silva, ocupara o Ministério das Relações Exteriores e, nessa posição, defendera, ‘constrangido’, a edição do AI-5. Na reunião do Palácio Laranjeiras que o instituiu, dissera que ‘a Revolução precisa chegar ao fim’, mas na ata sua fala foi reescrita: ‘A Revolução precisa atingir seus objetivos.’” (Elio Gaspari, *A ditadura acabada*, referências a Magalhães Pinto, banqueiro e líder civil do Golpe de 1964, p. 98)

“Vamos mudar, mas se voltar a baderna, faremos outra revolução e voltamos ao estado de exceção.” (Fala do empresário Americo Campiglia, evocada por Gaspari sobre o medo maior desse universo social: algum poder dos trabalhadores. *A ditadura acabada*, p. 31)

**E**lio Gaspari é um conhecido jornalista, que produziu uma série de cinco livros sobre a ditadura no Brasil de 1964-1985<sup>1</sup>. A publicação desses cinco volumes, iniciada em 2002 pela Cia. das Letras, encerrou-se somente 14 anos depois, numa nova editora (Intrínseca), o que somou um total de 2.434 páginas. Seu último tomo foi apresentado, na contracapa, de forma monumental, dentre outros, pelo também jornalista e membro da Academia Brasileira de Letras (além de integrante da equipe que produziu editoriais instauradores daquela ditadura, no então nacionalmente prestigioso jornal carioca *Correio da Manhã*, em março e abril de 1964) Carlos Heitor Cony, como dotado de “melhor estilo e mais isenção” que Suetônio — escritor latino (69-131 A.D.), autor de *Vidas dos 12 Césares*, dedicado a Nero e Calígula entre outros personagens.<sup>2</sup>

Os césares de Gaspari são menos antigos, brasileiros, militares<sup>3</sup> e em número inferior: os marechais Humberto de Alencar Castelo Branco e Arthur da Costa e Silva, os generais Emílio Garrastazu Médici, Ernesto Geisel e João Baptista Figueiredo. Estilo, Gaspari possui — fluente, jornalístico; no tempo de Suetônio, era diferente. Isenção... Gaspari não consegue, mas quem a alcança? Cada ideólogo escolhe o clássico que merece. Nasce um candidato à ABL!<sup>4</sup>

Cony monumentaliza a monumentalização da ditadura que Gaspari consolidou nessa série. Das páginas escritas por ele emergem Castelo Branco e Geisel (mais o influente agregado Golbery do Couto e Silva, chefe da Casa Civil nos governos Geisel e Figueiredo, além de aficionado pela Geopolítica e figura de destaque nos bastidores e na boca de cena ditatoriais) co-

mo eruditos e firmes estadistas, que aparentemente compensam as grosseiras derrapadas de seus três outros violentos pares menos elegantes. Não é abusivo identificar uma sacralização da ditadura, por Gaspari, nas pessoas do *sacerdote* Geisel e do *feiticeiro* Golbery — os atributos ritualísticos foram definidos para esses dois por Gaspari mesmo, no subtítulo em comum dos volumes terceiro e quarto de sua caudalosa série (“O sacerdote e o feiticeiro”), além de passar, nesse último tomo, pela “missa de Geisel” e por “Bruxarias militares”, mais a caracterização da cerimônia em que se finalizou a redação do AI-5 como “missa negra” (ADA, pp. 65/ss e 289/ss — a expressão “missa negra” surge na p. 66). Sem vontade de isenção, *la foi oblige!*

Acabou-se a sequência dos cinco livros. A ditadura se acabou?

Quando Gaspari começou a divulgar essa série (2002), a resposta a tal indagação parecia ser mais que afirmativa, a exigir, na perspectiva do jornalista, um mausoléu-*shopping* (os livros foram *best-sellers*) digno de sua magnitude: a ditadura se acabou, de acordo com ele, por cima da carne-seca, sob a firme liderança de seu expoente máximo, Geisel, bem assessorado pelo escriba Golbery; o esfuziante mármore branco do edifício não precisava esconder o forte cheiro de podre maresia que o peixe posto à venda exalava; a ditadura tinha acabado bem para os ditadores, que administraram com precisão seu porvir — imagem/memória de competentes modernizadores do Brasil, apesar dos agressivos desleixos expressos por Costa e Silva, Médici e Figueiredo, inclusive vistas grossas em relação a torturas, assassinatos e desaparecimentos de adversários (a acuidade visual de Castelo Branco e Geisel também não era das melhores); ela até formara, desde antes de começar, fiéis e zelosos admiradores na imprensa, como Gaspari e Cony.

**O estilo de ditadura com eleições periódicas e resultados predefinidos foi reciclado, em 2016, com o protagonismo crescente de Congresso, Judiciário e Mídia — para que militares se os civis podiam fazer o serviço com extrema eficácia e maior legitimidade *fake*?**

O problema é terem derrubado a presidenta Dilma Rousseff em 2016 (mesmo ano em que Gaspari lançou o último volume da série), ato precedido por constrangedoras manifestações públicas, quando foram exibidos alegremente cartazes e faixas pedindo a volta dos militares à política brasileira (de onde, aliás, nunca saíram, apenas trocaram as luzes da ribalta pelos essenciais bastidores), mais literais suásticas ao vento, para culminar nos elogios a torturadores (com destaque para Brilhante Ustra<sup>5</sup>, denunciado em 1985 publicamente pela então deputada Bete Mendes) no Congresso Nacional. São sinais de novos vexames no fino cenário *high-tech* de Castelo Branco e Geisel (mais Golbery), uma Bauhaus enlameada pelas botas da bancada ruralista e pelos tênis do MBL, sem esquecer de alguns finos sapatos Louboutin com solado cor de sangue, *comme il faut*. O estilo de ditadura com eleições periódicas e resultados predefinidos foi reciclado, em 2016, com o protagonismo crescente de Congresso, Judiciário e Mídia — para que militares se os civis podiam fazer o serviço com extrema eficácia e maior legitimidade *fake*?

Ainda dá para ouvir os acordes da anunciada sinfonia de Gaspari, em meio à balbúrdia provocada pelos novos velhos herdeiros daquela ditadura anterior, eleitores de Jair Bolsonaro e João Dória? Escutar criticamente não ofende, mas talvez nem seja uma sinfonia, é possível que melodia, ritmo e acordes harmônicos oscilem entre pagode, sertanejo universitário e hino cívico ou refrão publicitário. Vamos à audição!

Embora, prudentemente, Gaspari declare não ser historiador (e não o é!), a formação de seu jornalismo não escapou de refinadas incursões acadêmicas, devidamente registradas — uma temporada no Wilson Center for International Scholars (Washington, D.C.) e outra no David Rockefeller Center for Latin American Studies (Harvard, Massachusetts) — além de agradecimentos a conhecidos nomes da área nos vários volumes da série. Ele sabe o que faz: jornalismo retrospectivo, com determinado lastro documental, principalmente os arquivos de Heitor Ferreira (assistente de Geisel, na Petrobrás, e de Golbery, no SNI), que lhe foram repassados pessoalmente pelo próprio arquivista, prova de confiança. E não fugiu da sedução ideológica por um periodismo muito seletivo, entre *trasparencia*, *velature* e *pentimenti*, que espreita a cada linha da obra. A série de Gaspari é quase uma edição copidescada daquele arquivo, com adendos de imprensa e bibliografia<sup>6e7</sup>. Gaspari tende a se transformar em porta-voz de Heitor — porta-voz do informal porta-voz de Geisel e Golbery, porta-voz de segunda mão!

O acabamento da ditadura, na ótica de Gaspari, é a epifania de Ernesto Geisel, proceder que se iniciou, ao menos, com os volumes 3 e 4 de sua série, continuado na primeira parte desse quinto tomo, triunfalmente intitulada “Geisel ganhou todas” (130 páginas, num conjunto de 447). Metade dos cinco volumes, portanto, é uma louvação explícita do penúltimo ditador brasileiro, tratado como chave explicativa de tudo, campeão invicto! Apesar da derrota para Paulo Maluf

(candidato vitorioso às eleições indiretas para o governo de São Paulo, 1978-1979, contra a vontade de Ernesto — ADA, pp. 93-95 — e, depois, candidato derrotado à Presidência do Brasil, 1984), apesar da derrota para o então considerado Novo Sindicalismo (pauta de reivindicações sociais indesejadas por Geisel). O penúltimo ditador aparece, no livro, em ações imperiais e esse viés é endossado por Gaspari<sup>8</sup>.

A História jornalística de Gaspari é anúncio publicitário de ditadores supostamente esclarecidos: Castelo Branco e Geisel. Nessa perspectiva, trabalhadores são colocados no que se designa como devido lugar, esmaecido fundo de cenário, quando muito. E o fim da ditadura não foge dessa regra, que é também assumida pela memória dominante do período dito pós-ditatorial — a partir de 2016, claramente neoditatorial. A campanha pelas diretas e a eleição indireta de Tancredo Neves foram tornadas memória oficial dessa alegada passagem do nada democrático para a coisa alguma da cidadania. Não se costuma falar do Movimento Contra a Censura (um milhão de assinaturas antes da Internet, 1978, governo Geisel) nem das Marchas e do Acampamento Paulistano Contra o Desemprego (1983, governo Figueiredo). Esse acampamento foi caracterizado pelo jornal *O Estado de S. Paulo*, enquanto acontecia, como destruição do gramado nos arredores da Assembleia Legislativa de São Paulo, o que deixa clara a desimportância atribuída às vidas humanas ali instaladas. Movimento e acampados mereceram breve registro no livro (pp. 246 e 247), seguido da descrição das manifes-

tações no governo Franco Montoro, que Gaspari sintetizou como “desordem” (p. 250), esquecendo os versos de Gilberto Gil: *Por uma questão de ordem/Por uma questão de desordem*<sup>9</sup>.

A mesma História jornalística é também muito personificada e tem olhos prioritários para elites econômicas e políticas nacionais. Na Cronologia do volume (ADA, pp. 390-405), o primeiro dos tópicos organizadores se intitula “Geisel, Golbery e Figueiredo”, como se o processo histórico ali abordado derivasse, principalmente, desses personagens. Nas diversas partes dos tantos capítulos, eles e poucos outros nomes de elite figuram como guias de tudo que acontece.

O livro é marcado por incontáveis notas de rodapé que identificam fontes de informações apenas pelo nome de um personagem e por uma data, sem especificar o material referido nem o arquivo onde ele está disponível — talvez possam ser localizados nos “Arquivos da ditadura”, que Gaspari associou à divulgação de seus livros<sup>10</sup>. Órgãos da imprensa são usados como documentos fidedignos, sem qualquer crítica, como se expressassem uma verdade indiscutível e não significassem atos de poder. A magnitude da Anistia de 1979, p. ex., foi referida a partir da *Folha de S. Paulo*, sem reflexão sobre o projeto do periódico naquele momento (idem, p. 163). Os Agradecimentos no final do volume (ADA, pp. 383-385) contemplam prioritariamente a elite ditatorial (Geisel, Golbery, Heitor Ferreira, Antônio Carlos Magalhães, Delfim Netto etc.). Muitas das fontes informativas registradas aparecem como tópicos do “Arquivo do

Autor”, sem mencionar modalidades de acesso público a elas — os referidos “Arquivos da ditadura”?

## **O contraste entre os oficiais Freddie Perdigão (autor do atentado ao Riocentro) e Heitor Ferreira (assessor de Golbery e Geisel) sintetiza o esforço geral de Gaspari: apresentar uma ditadura esclarecida em oposição a outra brutal, com a vitória da primeira em majestoso encerramento**

A *ditadura acabada* começa (pp. 13-16) e se encerra (p. 311) com o personagem Freddie Perdigão, colega de tropa de Heitor Ferreira em 1964, como se eles representassem dois destinos naquele mundo: permanência no Exército, desdobrada em bomba no Riocentro (Freddie, 1981), e saída da caserna para ação nos bastidores do Palácio do Planalto e em seus arredores (Heitor, durante quase todo aquele período). São trajetórias diferenciadas, sim, mas dá para desvincular um do outro? Esse contraste entre Freddie e Heitor sintetiza um esforço geral de Gaspari na série: apresentar uma ditadura esclarecida em oposição a outra brutal, com a vitória da primeira em seu majestoso encerramento, como se fora desse círculo não houvesse vida inteligente.

Desde o início do volume, o can-



didato Figueiredo surge na condição de escolha pessoal de Geisel, com omissão de estruturas de poder e articulações entre Geisel e tantas outras figuras civis ou militares. Certamente, mais nomes são citados de forma secundária. A interpretação personalista se manifesta desde o registro do número de horas que João Baptista acumulou na participação em reuniões do ministério de Geisel, permanecendo a imagem de poder pessoal de seu patrocinador e dele mesmo. Gaspari menciona a crítica de Hugo Abreu à escolha de Figueiredo para a Presidência como fruto de “esquema palaciano” (ADA, p. 24), questão significativa porque tornada pública por um militar de alta patente, mas não comenta a obviedade dessa constatação, que opositoristas indicavam desde eleições presidenciais anteriores<sup>11</sup>. E descreve a confirmação de João Baptista pelo Colégio Eleitoral como “seria ungido” (idem, pp. 28), terminologia de sagração, embora esse personagem não fizesse parte de seu panteão — a divindade bifronte Geisel-Golbery e o deus morto Castelo Branco. Provavelmente, a identidade do sacerdote que ministrou a unção justificou o vocabulário.

Há uma breve evocação sobre o aprisionamento, em 1978, de Adilson Ferreira da Silva, que militara na VAR-Palmares (organização atuante entre 1969 e 1972), ao assaltar um veículo, como “último melancólico enfrentamento de um militante da luta armada” (ADA, p. 29). Trata-se de evidente sofisma uma vez que Adilson não desempenhava mais esse papel político quando preso, era apenas um desempregado, persegui-

do político e assaltante comum em ação: um marginal brasileiro.

O livro registra a ressurreição do *conceito* de sociedade civil nessa conjuntura (idem, idem), como se a sociedade civil, *ela mesma*, não tivesse sobrevivido, a duras penas, durante a ditadura, através de ações artísticas, advocatícias e mesmo associativas, sem omitir um dia a dia de negações dispersas na sociedade — piadas contra os ditadores e seus representantes, torcidas por opositores da ditadura, memória alternativa em relação à ideologia dominante. Ao mesmo tempo, um texto de Samuel Alves Correa, comandante do III Exército, estabelece claramente a hierarquia entre ditadura e sociedade civil: “Já existe a candidatura apresentada pelo presidente Geisel. [...] é, portanto, a candidatura da Revolução, outra que houver não será da Revolução” (ADA, p. 103). Para que sociedade civil, do ponto de vista governamental? Mas a sociedade civil, *ela mesma*, existia e incomodava a ditadura...

**Os vexames do candidato Figueiredo em contatos com estudantes, imprensa e outros setores sociais mereceram registros no volume, incluindo sofismas, grosserias e desastroso humor do general, sem a devida ênfase no fato de ter sido escolha de Geisel**

A primeira aparição, no livro, de Luiz Inácio da Silva (Lula), então presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo, se dá num contexto de negociação com o Sindicato Nacional da Indústria de Autopeças, representado por seu presidente Luís Eulálio de Bueno Vidigal Filho, encontro entre Luíses. Vidigal Filho foi caracterizado em termos nobiliárquicos, “36 anos de idade e 400 de sobrenome” (ADA, p. 39), inclusive postos de destaque ocupados pelos antecessores, mais participação do tio Gastão na formação da Operação Bandeirante (OBAN, precursora dos DOIs). Silva teve destacada sua pobreza de origem (“*Fumara guimbas de cigarro e chicletes mascados por amigos*”, idem, p. 40 — a redação é ambígua, a menos que Lula também fumasse chicletes), com o pai definido de forma animalésca: “*Das muitas mulheres com quem o velho Aristides se acasalara estima-se que tivera 20 filhos*” (ADA, p. 40). E a iniciação profissional de Silva como metalúrgico, no livro, omitiu explicitamente seus estudos básicos no Senai: “...consequira empregar-se como metalúrgico” (idem, idem). Uns personagens merecem zelo descritivo nobilitante, outros não têm genealogia para tanto... O que é um curso profissionalizante no Senai perto de antecessores que foram ministro, diretor da Faculdade de Direito da USP e banqueiro que articulou a OBAN? A resposta depende do lugar de onde se fala, claro.

Apesar disso, Gaspari sugere certa simpatia pela independência inicial de Lula (“avulso”), chega a dizer que “Suas propostas eram até mo-

dernas” (ADA, pp. 42-43), apreciação depois desdobrada em trecho de Ruy Mesquita, diretor de outro jornal que também promovera o golpe, *O Estado de S. Paulo* (“lúcido, objetivo, com uma clareza de raciocínio que se refletia na incrível capacidade de expressão”, idem, p. 55); mesmo que lhe contraponha o pioneirismo na liderança de base entre metalúrgicos do ABC paulista desempenhado por Gilson Menezes (ADA, pp. 49-50), sem explicar o que aconteceu para que o primeiro ocupasse tanto destaque na opinião pública em relação a esse outro, qual o diálogo com a sociedade que o mito Lula conseguiu estabelecer e manter.

Também em relação a Ulysses Guimarães a empatia do livro parece difusa, menos hostil que no caso de Lula: uma fotografia daquele personagem, “com passos largos e dedo em riste” (idem, p. 52), foi identificada como “dando nova dimensão à relação dos oposicionistas com as ruas”. Valeria a pena traduzir mais claramente “ruas” como polícia, regras da ditadura, cidadãos, espaço público mesmo. Mas a diversidade oposicionista foi registrada por Gaspari, da proximidade entre Tancredo e o projeto ditatorial à proposta de emenda na Constituição por diretas (Franco Montoro) e à denúncia de torturas (jornal *Em Tempo*) (ADA, p. 70).

Os vexames do candidato Figueiredo em contatos com estudantes, imprensa e outros setores sociais mereceram registros no volume, incluindo sofismas, grosserias e humor desastroso do general, sem a devida ênfase no fato de ser o escolhido pelo onisciente Geisel (idem,

capítulo “O futuro presidente”, pp. 71-75). Gaspari fez um paralelo com o futuro ao evocar “quando o país se habituou, entendeu e apreciou o coloquialismo desabusado de outro presidente” [Lula inominado...] (ADA, p. 74) para diminuir o impacto que as falas de Figueiredo poderiam provocar no leitor. Os delírios do SNI, que o mesmo Figueiredo dirigira, chegaram a considerar o jornal *Folha de S. Paulo* como “esquema marxista da imprensa” e apontaram um imaginário “eixo Washington-Moscou-Vaticano” (idem, pp. 79 e 81) — fosse historiador, Gaspari poderia (se o quisesse) evocar outra máquina de sustentar confortavelmente seus agentes e produzir dolorosamente culpados, a Inquisição, o que seria muito adequado na evocação de um aparelho repressor que produzia culpados (ADA, p. 188)<sup>12</sup>.

Ao comentar a campanha pela Anistia, o jornalista evocou as ressalvas de Euler Bentes (“Em tese, sou a favor da revisão dos processos, mas não para aqueles sequestradores e assaltantes de bancos”, idem, p. 88), de Tancredo Neves (“[com exceção] Por exemplo: de quem assassinou, por paixão política, um soldado na guarita, ou assaltou bancos. Isso é outro caso, é caso para a Justiça”, ADA, idem) e de Therezinha Zerbini (“a gente fala em anistia ampla e irrestrita, mas nunca descartamos a possibilidade de uma anistia parcial”, idem, idem) como equivalentes, deixou de assinalar as especificações dos dois primeiros e o caráter generalizante da última. Além de não comentar o deslize bajulatório de Tancredo: Anistia, *sempre*, é Justiça!

## Gaspari reconhece que as propostas governamentais constituíam “plataforma de uma promessa democrática que pressupunha o fim do regime sem que houvesse povo na rua”, viés que foi sustentado por civis como Antonio Carlos Magalhães

Gaspari reconhece que as propostas governamentais constituíam “plataforma de uma promessa democrática que pressupunha o fim do regime sem que houvesse povo na rua”, viés amplamente sustentado por civis como Antonio Carlos Magalhães: “... o governador escolhido da Bahia propunha que os comandantes militares fossem alertados para impedir passeatas” (ADA, p. 105). Em Magalhães e Figueiredo, tão próximos de Geisel, a continuidade da ditadura resplandece. E a sequência infinita de golpes dentro do golpe era mantida como recurso previsto contra eventual maioria parlamentar da oposição (idem, p. 124): fim da ditadura *ma non troppo*. Enquanto isso, o advogado Cassio Scatena, em outubro de 1978, matava o operário Nelson Pereira de Jesus por reclamação salarial, o que encaro como faceta no veto das ruas para os pobres<sup>13</sup>; e Octavio Gonzaga Jr., secretário de Segurança do governador paulista Paulo Maluf, em março de 1979, declarava candidamente que “O espancamento às vezes é uma atitude enérgica, mas não tem nada de exagerado” (ADA, pp. 142 e 143), eco dos castigos físicos em escravos.

Diante das greves de 1979, Gaspari registra a proposta feita por Paulo Maluf para que Lula fosse preso, encaixando essa fala na tese geral de uma ditadura em desmonte, sem atentar para a grave continuidade de práticas ditatoriais naquele momento (idem, p. 145). E suas conclusões pífias sobre tais movimentos de trabalhadores (ADA, p. 146) não conseguem avaliar a vitória que a simples eclosão de greves, no seio de uma ditadura, representava!

O livro registra os desastrosos resultados da política econômica desenvolvida por Delfim Netto: inflação de 110% ao ano, em 1980 — chegaria a 211% em 1982!; pressão para tomar empréstimo do FMI — idem, pp. 153, 253, 255. Essa pressão se transformaria, logo, em voz imperativa: “O país terá que recorrer ao FMI para merecer o nosso voto de confiança” (fala do representante do Banco Morgan no Brasil, ADA, p. 172). Tais faces foram associadas à inabilidade de Figueiredo e à conjuntura internacional, particularmente, as mudanças políticas no Irã e seus desdobramentos no mercado do petróleo. E Delfim Netto, cordato, arrematou: “*Temos que cortar tudo o que for supérfluo para pagar a nossa dívida*” (idem, p. 174). Gaspari endossa o argumento do milagre econômico ditatorial, reconhecendo seu fracasso apenas nessa conjuntura (ADA, p. 179, tema reiterado na p. 227)<sup>14</sup>.

A reforma partidária surge nessa obra como projeto de Golbery, sem levar em conta grupos que se articulavam em novos partidos nem o peso daqueles já existentes sobre alguns que surgiam, como foi o caso do PP: dissidência do MDB, com abrandamento arenista (idem, pp. 164 e 165).

Ao apresentar o terrorismo dita-

torial nessa conjuntura, Gaspari trata Geisel como entidade à parte, vítima mesmo daquelas ações, ignorando o todo que a ditadura representava. Tanto era assim que o próprio Gaspari identificou um “patrono do porão” para tais atentados, militar de alta patente naquele universo, amigo pessoal e ministro de Figueiredo: o general Walter Pires (ADA, p. 193). O agravamento ditatorial se expressaria, sob João Baptista, no apelo a medidas de emergência, que se desdobraram em invasão da sede da OAB-DF (idem, p. 258).

Ao falar sobre o fortalecimento da candidatura peemedebista de Tancredo, Gaspari apresentou o alagoano Teotônio Vilela (falecido em 1983) como “quadro liberal dentro da ditadura” (ADA, p. 265), omitindo que ele fora vice-governador do general udenista Luiz de Souza Cavalcante entre 1961 e 1966. Caberia refletir sobre as derivas do liberalismo no Brasil — golpista, integrante de governos ditatoriais... Melhor que Vilela tenha mudado, claro. E ele não foi o único quadro udenista com aquele truculento perfil, como pode ser exemplificado com Carlos Lacerda e tantos mais.

**Ao falar das Diretas, Gaspari mitiga o papel do PT, mas apresenta uma boa síntese interpretativa da fortuna de Tancredo Neves naquela conjuntura: “O arco de interesses formado em 1964 buscava proteção sob o guarda-chuva de Tancredo”**

O início da Campanha pelas Diretas incluiu, nesse volume, o importante papel do PT, todavia mitigado (sobre o primeiro comício paulistano dessa iniciativa, convocado ostensivamente por essa legenda: “O PT mostrara a força de sua militância e também o limite de sua capacidade de mobilização”, idem, p. 266), embora a estratégia de colocar Montoro ao lado de Lula para evitar vaias noutra comício, registrada por Gaspari (ADA, p. 269), demonstre que a referida capacidade não podia ser desprezada...

Sobre a escolha do ditatorial José Sarney como candidato a vice-presidente na chapa de Tancredo Neves, Gaspari rememora que a posse do maranhense no governo de seu estado de origem fora filmada por Glauber Rocha, no curta-metragem *Maranhão 66* (idem, p. 285), omitindo o teor patético da obra (a retórica do eleito diante da miséria desvairada a seu redor) e o boicote que o filme sofreu, por Sarney e seus aliados, depois de ser lançado, além de cenas do documentário serem aproveitadas no violentamente crítico *Terra em transe*, que Rocha realizou em seguida. Mas o jornalista apresenta uma boa síntese interpretativa da fortuna de Tancredo Neves naquela conjuntura: “*O arco de interesses formado em 1964 buscava proteção sob o guarda-chuva de Tancredo*” (ADA, p. 287).

Ao registrar a eleição indireta desse personagem, Gaspari conclui que “*estava acabada a ditadura*” (idem, p. 298), como se ela se restringisse a militares na Presidência. O registro da ameaçadora visita de George Schultz a Tancredo, nos Estados Unidos, como emissário do FMI para fazer advertên-

cias contra a inflação brasileira (ADA, p. 299), a meu ver, permite concluir que a ditadura ultrapassava governantes e aparelho de estado nacionais. A melancólica morte de Tancredo, a vexaminosa posse de Sarney e a envergonhada fuga de Figueiredo para não transmitir o cargo a seu sucessor concluem esse aparente fechar de cortinas. Embora Gaspari aponte claros indícios de continuidade naquele quadro (o ministério de Sarney estava cheio de celebridades ditatoriais: Francisco Dornelles, Olavo Setúbal, Aureliano Chaves, Marco Maciel, Antonio Carlos Magalhães... idem, p. 310), ele ainda sustentou, desde o título do volume, que a ditadura tinha acabado.

O volume contém um “Epílogo – 500 vidas”, seletos “Quem é quem” da

ditadura (os que merecem, do ponto de vista de Gaspari), dotado de encanto textual, com os retoques que o escritor considerou adequados: Carlos Heitor Cony figura como “primeiro jornalista a denunciar as violências da ditadura, no *Correio da Manhã*” (ADA, p. 335), silenciando sua presença na equipe editorial do mesmo periódico que convocou e louvou a deposição de João Goulart em 1964; José Ibrahim aparece ao sair do PT, sem nunca ter sua entrada descrita (idem, p. 375).

A mal-acabada ditadura brasileira de 1964-1985 chegou a seu fim? Ou o estado (também sociedade) de exceção, altivamente mencionado pelo empresário Americo Campiglia (que registrei em epígrafe), tem sido a re-

gra brasileira antes, durante e depois daquela ditadura?

Vale a pena retomar o *imbroglio* de Magalhães Pinto (ou que lhe foi atribuído), em torno do AI-5, também reproduzido aqui em epígrafe: fim, finalidade. Como fica aquela ditadura depois desse livro (e dos volumes que o antecederam) de Gaspari?

A ditadura de 1964-1985 chegou a seus fins: “*Impávido colosso*”, à luz do *Hino Nacional*, de Francisco Manuel da Silva e Joaquim Osório Duque Estrada; “... a lama que te aguarda”, segundo os *Versos íntimos*, de Augusto dos Anjos.

Ou não: resta a crítica ao livro e àquela ditadura; e tentar impedir que o Brasil se mantenha como ditadura contínua.

## NOTAS

- 1 GASPARI, Elio. *A ditadura envergonhada*. São Paulo: Cia. das Letras, 2002. IDEM. *A ditadura escancarada*. São Paulo: Cia. das Letras, 2002. IDEM. *A ditadura derrotada*. São Paulo: Cia. das Letras, 2003. IDEM. *A ditadura encurralada*. São Paulo: Cia. das Letras, 2003. IDEM. *A ditadura acabada*. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2016. Designado no corpo deste texto como ADA.
- 2 “Basta!”. Editorial do *Correio da Manhã* de 31 de março de 1964. [https://brasilindependente.weebly.com/uploads/1/7/7/1/17711783/basta\\_cm.pdf](https://brasilindependente.weebly.com/uploads/1/7/7/1/17711783/basta_cm.pdf) “Fora!”. Editorial do *Correio da Manhã* de 10 de abril de 1964. [https://brasilindependente.weebly.com/uploads/1/7/7/1/17711783/fora\\_cm.pdf](https://brasilindependente.weebly.com/uploads/1/7/7/1/17711783/fora_cm.pdf) SUETÔNIO. *Vidas dos 12 Césares*. [www.ebookscloud.com.br/a-vidas-dos-doze-cesares-suetonio/](http://www.ebookscloud.com.br/a-vidas-dos-doze-cesares-suetonio/) No primeiro volume da série, Gaspari comentou sobre o editorial “Fora!”: “*Cony informa que o tom do texto pode ser atribuído a ele e a [Otto Maria] Carpeaux*”. GASPARI, Elio. *A ditadura envergonhada*. Edição citada, p. 65 (nota 73). Comentei anteriormente esse volume de Gaspari: SILVA, Marcos. “Jornalismo retrospectivo e quase-História: Imaginem se a ditadura fosse desavergonhada!”. Resenha de *A ditadura envergonhada*, de Elio Gaspari (São Paulo: Cia. das Letras, 2002). *Revista Adusp*. São Paulo: ADUSP, 34: 80-84, maio de 2005.
- 3 Apenas militares ocuparam a Presidência do Brasil durante aquela ditadura. Nem todo poder ditatorial, todavia, estava situado na presidência. Juristas, economistas e muitos outros profissionais civis desempenharam funções de extrema importância naquele período. E os empresários, principais beneficiários da ditadura, eram civis...
- 4 A Academia Brasileira de Letras já premiou Gaspari pela série em 2003 — antes do último volume, portanto: “Elio Gaspari”. [www.portaldosjornalistas.com.br/jornalista/elio-gaspari/](http://www.portaldosjornalistas.com.br/jornalista/elio-gaspari/)
- 5 Embora a Comissão Nacional da Verdade tenha elaborado uma lista de torturadores brasileiros da ditadura de 1964-1985, da qual constam centenas de nomes, inclusive o de Ustra, ele foi o único torturador assim declarado pela Justiça (vide <https://www.documentosrevelados.com.br/.../torturas.../lista-oficial-de-torturadores-da-...>). Sobre os limites enfrentados por aquela comissão: ROSA, Johnny Roberto. “À peroração de um passado traumático: do reconhecimento das vítimas e atrocidades do passado à superação dos legados das experiências de violência da ditadura civil-militar no Brasil”. Tese de Doutorado em História Social, defendida na FFLCH/USP, São Paulo: digitada, 2017.
- 6 Sintomaticamente, Gaspari não incluiu entre os livros que citou o clássico estudo de Eder Sader sobre novos horizontes organizativos de camadas populares como importante núcleo de enfrentamento na ditadura em declínio: SADER, Eder. *Quando novos personagens entraram em cena*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988. Ele também não indicou o igualmente clássico escrito de Paul Singer contra a ideologia do “milagre brasileiro”: SINGER, Paul. *A crise do “Milagre”*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.
- 7 O texto de Ângela Ravazzolo sobre Gaspari e Ferreira, restrito aos quatro primeiros volumes da série, não aborda a questão como problema de conhecimento, opta por uma conciliação entre conhecimento histórico e jornalismo: RAVAZZOLO, Ângela. “O diário de Heitor Ferreira e a História escrita por jornalistas: desafio para dois ofícios”. Comunicação apresentada no 10º Encontro Nacional de História da Mídia. Porto Alegre: UFRGS, 2015. [www.ufrgs.br/.../diario-de-heitor-ferreira-e-a-historia-escrita-por-jornalistas-desafios-p-](http://www.ufrgs.br/.../diario-de-heitor-ferreira-e-a-historia-escrita-por-jornalistas-desafios-p-) Ao invés de “desafio para dois ofícios”, seria mais correto falar em monólogos ou dueto de fascínios (por Ernesto).
- 8 Ao designar Figueiredo como futuro presidente, sem a mínima incerteza quanto a uma formal eleição indireta que se realizaria (ADA, p. 69), o Geisel de Gaspari se assemelha à imperatriz chinesa de 1908, no ato de escolher seu sucessor, tema presente no filme *O último imperador*, de Bernardo Bertolucci (1988).
- 9 GIL, Gilberto. “Questão de ordem” (1968): <https://www.youtube.com/watch?v=LiPwQcyBIV4>
- 10 [arquivosdaditadura.com.br/](http://arquivosdaditadura.com.br/)
- 11 A participação de Hugo Abreu no comando do brutal extermínio dos guerrilheiros do Araguaia costuma ser silenciada. A respeito do tema, v. CORRÊA, Carlos Hugo Studart. “Em Algum Lugar das Selvas Amazônicas: As Memórias dos Guerrilheiros do Araguaia”. Tese de Doutorado, defendida no Programa de Pós-Graduação em História da UnB. Brasília: digitado, 2014.
- 12 SARAIVA, António José. *Inquisição e cristãos-novos*. Lisboa: Estampa, 1985.
- 13 [antoniocavalcantefilho.blogspot.com/.../nelson-pereira-de-jesus-morto-em-1978.html](http://antoniocavalcantefilho.blogspot.com/.../nelson-pereira-de-jesus-morto-em-1978.html)
- 14 Um outro livro é muito claro sobre a farsa ideológica do milagre: CAMARGO, Cândido Procópio, et al. *São Paulo 1975. Crescimento e pobreza*. São Paulo: Loyola, 1975.